

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS.....	7
EDITORIAL – RT 1029	9
DOCTRINA	
DIREITO ADMINISTRATIVO	
Constituição Administrativa <i>Administrative Constitution</i> RODRIGO SANTOS NEVES e DAURY CESAR FABRIZ	21
DIREITO CIVIL	
Lesão ao tempo e o método bifásico de quantificação do dano moral <i>Injury to one's time and the biphasic method of moral damage quantification</i> RODRIGO DA GUIA SILVA e MARCELA GUIMARÃES BARBOSA DA SILVA.....	43
Direito de autor e a pesquisa empírica na sociedade da informação <i>Copyright and empirical research in the information society</i> EMERSON PENHA MALHEIRO, JORGE SHIGUEMITSU FUJITA e MATHEUS DOS SANTOS HORAS	61
DIREITO COMPARADO	
"Aberratio ictus", erro na execução ou erro de golpe: uma análise comparativa entre os sistemas penais brasileiro e argentino e a necessidade de superação da teoria da equivalência em respeito ao princípio da culpabilidade <i>"Aberratio ictus", error in execution or blow error: a comparative analysis between the Brazilian and Argentine criminal systems and the need to overcome the theory of equivalence with respect to the principle of culpability</i> FILIPE MAIA BROETO.....	79
DIREITO DIGITAL	
Pornografia de vingança: a necessidade de criação de novos mecanismos repressivos e preventivos <i>Pornography of revenge: a need to create new repressive and preventive engines</i> CLÁUDIA MARA DE ALMEIDA RABELO VIEGAS, JORDANA SABINO MAFRA RIBEIRO e WAGNER FELIPE MACEDO VILAÇA	103
DIREITO DO CONSUMIDOR	
Ausência de boa-fé nos pactos de adesão <i>The absence of good-faith in the accession pactes</i> NELSON BORGES.....	125

DIREITO MÉDICO

O uso indevido da interdição cautelar médica como mecanismo de antecipação de pena ética em casos de publicidade e sua impropriedade em tempos de pandemia da Covid-19

The improper use of medical precautionary interdiction as an anticipation mechanism of delivering ethical penalties in advertising cases and its impropriety in Covid-19 pandemic times

IGOR DE LUCENA MASCARENHAS, EDUARDO DANTAS e ANA PAULA CORREIA DE ALBUQUERQUE DA COSTA..... 161

DIREITO MILITAR

Análise da convencionalidade da ampliação da competência da justiça militar

Analysis on the conventionality of the expansion of military justice competence

CAÍQUE TOMAZ LEITE DA SILVA e JOÃO PEDRO GINDRO BRAZ..... 179

DIREITO PENAL

Da responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes tributários

Of the criminal responsibility of the legal entity in tax crimes

CRISTIANO ELIAS..... 197

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Análise dogmática de alguns pontos da reforma da previdência de 2019

Dogmatic analysis of some points of the pension reform of 2019

ROCCO ANTONIO RANGEL ROSSO NELSON e WALKYRIA DE OLIVEIRA ROCHA TEIXEIRA..... 215

PROCESSO CIVIL

A autonomia intencional do Direito e a normativa exigência de uma máxima aderência à prática precedente

The intentional autonomy of Law and the normative requirement for maximum adherence to precedent practice

FÁBIO CARDOSO MACHADO..... 243

Afinal, existe uma cláusula geral para adaptação procedimental judicial no Código de Processo Civil de 2015?

After all, is there a general clause for judicial procedural adaptation in the Civil Procedure Code of 2015?

AUGUSTO PASSAMANI BUFULIN e MARCOS ALBERTO BALESTREIRO FILHO..... 261

PROCESSO PENAL

Ponderando o imponderável: os riscos da ponderação no Direito Penal e Processual Penal – análise dos argumentos do voto do Min. Barroso no RE 1.235.340/SC

Pondering the imponderable: the risks of pondering in Criminal Law and Criminal Procedure – analysis of the arguments of the vote of Min. Barroso in RE 1,235,340/SC

FERNANDO FIGUEIREDO SEREJO MESTRINHO e VICTOR MARCILIO POMPEU 285

PARECER

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Propriedade industrial. Patente inventiva CLÊMERTON MERLIN CLÈVE.....	305
--	-----

NOTAS E COMENTÁRIOS

Adequação à LGPD: lições extraídas pela instituição da Resolução 724/2021 do STF FERNANDA GALERA SOLER.....	357
A constitucionalidade (e a essencialidade) das cotas de tela NICHOLLAS DE MIRANDA ALEM.....	363

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- É constitucional norma que trata do sigilo das informações prestadas pelos contribuintes que aderirem ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária, bem como a equiparação da divulgação desses dados à quebra de sigilo fiscal
SIDNEY STAHL..... 371
- Possibilidade de realização de etapa de concurso público em horário diverso do determinado pela comissão organizadora do certame por motivo de crença religiosa, desde que presente a razoabilidade da alteração e a igualdade entre os demais candidatos
MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS..... 401

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

- Inadmissível o pedido de exclusão da obrigação de alimentos do filho menor porque a mãe da criança casou-se com pessoa rica, pois cabe ao pai o dever de sustento do filho, nos limites da sua possibilidade financeira
BETHÂNIA VALENTIM BOHRER e CLÁUDIA MARA DE ALMEIDA RABELO VIEGAS..... 413

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- É inconstitucional lei estadual que cria novas hipóteses de foro por prerrogativa de função delegado-geral da Polícia Civil..... 427
- Norma que permite dispensa de licitação para contratação de serviços de tecnologia da informação é constitucional, por fundar-se na soberania nacional, na inviolabilidade do sigilo e na segurança da sociedade e do Estado..... 430

- Inaplicabilidade do direito ao esquecimento pelo uso não autorizado da imagem de pessoa falecida em programa jornalístico de televisão, pois não houve afronta ao nome, à imagem ou à vida privada da vítima e dos seus familiares, divulgando fatos verídicos e lícitamente obtidos. Tese fixada em sede de repercussão geral..... 434

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Ato do Tribunal de Contas que anulou a contratação de empregados públicos de fundação estadual é cassado por não prejudicar parte contrária, mostrando-se necessária a força de trabalho à época das admissões..... 441
- Não há ilegalidade ou constrangimento na decisão que proibiu delegado de polícia de frequentar congregação religiosa, pois seu comportamento trazia sérios riscos à integridade física e psíquica dos demais membros..... 444
- Seguimento com a obra após destituição da incorporadora afasta direito dos compradores a danos emergentes..... 455
- Não é requisito essencial a representação mediante procuração pública para a contratação de empréstimo por índio idoso e analfabeto, pois possui plena capacidade civil, facultando-lhe o auxílio de um terceiro quanto aos termos do contrato escrito... 457
- Vídeo de humor divulgado na internet não ofende a imagem de time de futebol, pois trata-se de crítica realizada sem excessos, com o objetivo de discutir fatos genéricos sobre o esporte, não violando a imagem ou reputação do clube 459

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Participação em grupo de redes sociais e troca de mensagens em aplicativo de celular, por si só, não caracterizam suspeição de testemunha por amizade íntima 475

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

- Não configura propaganda eleitoral antecipada a divulgação de mensagem em rede social com menção à pretensa candidatura, ainda que acompanhada do número com o qual o pré-candidato pretende concorrer..... 481

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

- Construção de casa de veraneio irregular em área de preservação permanente deve ser demolida e o proprietário responde objetivamente pela recuperação da área degradada e pelo pagamento de indenização pelos danos ambientais 485

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS

- É incabível a absolvição do crime de roubo majorado pelo concurso de agentes, emprego de arma de fogo e resistência quando devidamente comprovadas a autoria e materialidade 491

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS

- Banco deverá indenizar cliente por prejuízo financeiro, em decorrência do fornecimento a terceiro de seus dados pessoais, viabilizando com essas informações operação bancária fraudulenta..... 495

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

- Concessionária de energia elétrica deverá indenizar cliente por demora excessiva na prestação de serviço, caracterizando violação ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana..... 499

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ

- É indevido o recebimento de aluguéis por parte do credor hipotecário e locatário de bem imóvel, quando aditivo contratual estabelecendo os efeitos da cessão de direitos creditórios se deu em data posterior ao período objeto da causa..... 503

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- É cabível a cobrança judicial dos serviços sexuais não pagos por cliente, tendo em vista a proteção constitucional da dignidade da pessoa humana e do bem de todos, independentemente de preconceitos e discriminações..... 507

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

- Faltar com o devido respeito ao superior hierárquico militar implica em não atentar para as normas que regem as relações pessoais entre os castrenses, atingindo a autoridade e a disciplina militar, sendo descabida a desclassificação delitiva 511

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

- Índice de Temas..... 515
- Índice de Autores..... 519

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA 523